das mercadorias, podendo tal depósito ser substituído por fiança idónea prestada perante o mesmo Banco.

A esta obrigação e ao depósito ou fiança que a caução são extensivas as disposições applicáveis do decreto-lei n.º 24:547, de 16 de Outubro de 1934.

§ 2.º As alfândegas e suas delegações incumbem a verificação da conformidade das importâncias constantes da declaração do Banco de Portugal e da factura, seja qual for a moeda em que esteja expressa.

Art. 3.º Todas as dúvidas que se suscitarem na execução do presente decreto e os casos omissos serão resolvidos por despacho do Ministro das Finanças.

Art. 4.º Não ficam sujeitas às disposições deste decreto as operações de importação e exportação consideradas de tráfego habitual da zona fronteiriça e as importações referidas no § único do artigo 13.º do decreto n.º 10:071, de 6 de Setembro de 1924.

Art. 5.º As transgressões deste decreto serão punidas nos termos do artigo 16.º do decreto n.º 15:316, de 24 de Março de 1928.

Art. 6.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1937. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 27:770

O decreto n.º 26:236, de 23 de Novembro de 1936, que fixa as condições de admissão aos concursos para preenchimento das vagas dos quadros permanentes deste Ministério, é omissivo no que respeita à caução a prestar pelos pagadores de 3.ª classe, por isso que havia a intenção de ela não ser exigida como condição de admissão ao concurso, mas apenas para a entrada para o serviço.

No entanto, como o referido decreto n.º 26:236 não indica taxativamente quais as disposições da legislação anterior que revoga, continua em vigor o disposto no n.º 7.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:860, de 6 de Junho de 1919, contrário ao princípio atrás referido, visto que exige um depósito como condição de admissão ao concurso para provimento dos lugares de pagadores.

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Aos candidatos aos concursos para o preenchimento das vagas de pagador de 3.ª classe não é exigida qualquer caução como condição de admissão ao mesmo concurso.

Art. 2.º Os candidatos aprovados no concurso não poderão ser contratados sem que previamente tenham depositado a quantia de 2.000\$ em dinheiro de contado ou em títulos de dívida pública, pelo seu valor no mercado, quantia que servirá de caução e será depositada na 2.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública à ordem da 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, mediante guia passada pela Secretaria Geral deste Ministério.

§ 1.º Pela Secretaria Geral deste Ministério serão publicados no *Diário do Governo* os avisos para os interessados efectuarem o depósito a que se refere o corpo

dêste artigo, à medida que se forem abrindo vagas no respectivo quadro.

§ 2.º Os candidatos que no prazo de quinze dias, contados da data da publicação dos avisos no *Diário do Governo*, não efectuarem o depósito consideram-se como desistindo do concurso e serão eliminados da respectiva lista.

Art. 3.º Fica revogado o disposto no n.º 7.º do artigo 8.º do decreto n.º 5:860, de 6 de Junho de 1919.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1937. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

9.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:771

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São concedidas à 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública as autorizações necessárias para ordenar o pagamento à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em conta da dotação consignada no artigo 93.º do orçamento do Ministério das Colónias para 1937 a «Despesas de anos económicos findos», da quantia de 1.767\$80, importância de chamadas telefónicas que não pôde ser satisfeita de conta das verbas competentes do orçamento do referido Ministério para 1936.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1937. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Decreto n.º 27:772

Em conformidade com a nova legislação do condicionamento industrial torna-se necessário verificar quais as indústrias ou modalidades industriais que àquele devem continuar sujeitas, tendo sido já determinado pelo decreto n.º 27:758, de 15 do corrente, que ficassem fora da acção do mesmo algumas actividades cujas circunstâncias não correspondiam ao exigido na base II da lei n.º 1:956.

Por outro lado a base IV da citada lei determinou que a subordinação de qualquer indústria ou modalidade industrial ao condicionamento se faça por decreto regula-